

**ESTRATÉGIA FIOCRUZ PARA A AGENDA 2030  
A AGENDA DO DESENVOLVIMENTO 2030 E OS ODS:  
SUBSÍDIOS PARA O DEBATE NA FIOCRUZ**

**GT instituído pela Port. 773/2017**

**Rio de Janeiro, outubro de 2017**

## **Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030**

A Agenda 2030 é universal, indivisível, integrada e “aspiracional”. Integra as dimensões econômica, social e ambiental e sintetiza em seu lema central, “Ninguém deixado para trás”, a ideia-força da equidade na busca de atingimento dos princípios diretores voltados para Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias (5 P’s).

Representa uma evolução significativa frente aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), especialmente na valorização do componente de inclusão social e a escolha dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) refletem, em grande parte, os temas centrais que desafiam a qualidade de vida das pessoas e o futuro de nosso planeta.

A Agenda 2030 resulta do consenso de 193 países, que, de maneira voluntária, adotam seu referencial e os ODS como compromisso norteador no planejamento nacional e no âmbito da cooperação internacional. Respeitando seu caráter universal, cabe aos países, de forma soberana, ajustar essas diretrizes e seus mecanismos de implementação ao contexto nacional.

A Agenda 2030 é, portanto, a mais abrangente referência no período contemporâneo para a mobilização de valores, direcionamento de modelos de desenvolvimento inclusivos e sustentáveis e justiça social e construção de alianças para sua conquista. É também marco para construção de perspectivas de médio e longo prazo, tendo em vista o marco de 2030 e o debate, já em curso, de mais longo prazo.

Dada a natureza das decisões multilaterais, a fragmentação de seu sentido holístico em função da definição de objetivos e metas e, em especial, a hegemonia e capacidade de veto de países e interesses econômicos que se situam na contracorrente dos objetivos maiores da Agenda 2030, a configuração dos ODS se apresenta, em graus diferenciados, com maior ou menor adequação aos princípios norteadores da Agenda 2030.

Destacamos nesse sentido a “aliança para o desenvolvimento”, que na Conferência de Addis Abeba, voltada para a definição dos mecanismos para

implementação da Agenda 2030, restringe o escopo da cooperação internacional e a Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (ODA) e o tema saúde.

O ODS 3, “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”, traz, em seu enunciado, perspectiva abrangente ao tratar tanto de “vidas saudáveis”, quanto de “bem-estar”. É significativo, também, a saúde ser reconhecida como “pré-condição, resultado e indicador da Agenda 2030”. A discriminação dos objetivos, metas e indicadores, entretanto, revelam um caso exemplar onde a adequação com o enunciado mais geral é deficiente. Podemos exemplificar, por exemplo, na escolha da “Cobertura Universal de Saúde”, sem qualificação da equidade, integralidade e natureza pública dos sistemas de saúde, ou, na métrica de monitoramento, não constar a vigilância em saúde.

Tomar a Agenda 2030 enquanto referência significa, portanto, entendê-la como objeto de disputa de sentidos e formas diferenciadas de sua tradução em práticas. Isso implica em constante diálogo crítico. Ao mesmo tempo em que a Agenda 2030 e os ODS são valorizados com a construção de conhecimento e definição de políticas e instrumentos para sua implementação e monitoramento, deve-se produzir um esforço conceitual e programático para o desenvolvimento de agendas fundadas em nossos referenciais teóricos, visão de sociedade e país e empenho na obtenção de cenário de futuro desejável coerente com essa visão.

Foi dessa forma que o Brasil e, em particular a Fiocruz, contribuíram fortemente para aprimorar a visão sobre o desenvolvimento sustentável e o desenho da Agenda 2030 e os ODS, desde a Cúpula do Rio de Janeiro (Rio 92), culminando com a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). O protagonismo do Brasil foi determinante para o alargamento dos temas sociais e o reconhecimento do papel central da Ciência, Tecnologia e Inovação na realização dos ODS. Por sua vez, partiu da Fiocruz o movimento que galvanizou o governo brasileiro e o G-77 e resultou na incorporação do tema saúde no documento final da ONU, “Transformando nosso Mundo: Agenda para 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”.

Outro caso exemplar, é estratégia do Fórum dos Países da América Latina e Caribe para o Desenvolvimento Sustentável, coordenado pela CEPAL. Em seu documento,

“Informe Anual sobre o Progresso e os Desafios Regionais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina e Caribe. Cooperação Multilateral e Integração Regional enquanto Instrumentos de Desenvolvimento” (2017), o Fórum reforça a relevância da Agenda 2030 e os ODS, para o desenvolvimento econômico equitativo, recuperação do estado de bem-estar social, sustentabilidade do planeta, entre outros temas, ao mesmo tempo em que a situa sob uma análise crítica da recente evolução da economia política internacional – deslocamento da hiperglobalização para o protecionismo; enfraquecimento do multilateralismo; fundamentalismo, movimentos extremistas e escalonamento de conflitos internacionais – que coloca em risco a viabilidade dos ODS e propõe a abertura de um novo diálogo político, o reforço do multilateralismo e desenvolvimento regional e a adoção de um novo referencial centrado no “ neo-desenvolvimentismo”.

A decisão da presidência da Fiocruz de instituir a “Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030” alinha-se aos considerandos acima, reforçados pela análise histórica, de conjuntura e prospecção de futuro da Fiocruz.

A matriz histórica da Fiocruz assenta-se em uma forte correlação entre base científica e tecnológica e visões sobre saúde e desenvolvimento, construção nacional e papel do Estado. No período contemporâneo, essa matriz foi direcionada pelo movimento da Reforma Sanitária e constituição do SUS e, mais recentemente, enriquecida pela formulação das bases conceituais e programáticas do Complexo Econômico e Industrial da Saúde (CEIS) lastreado no entendimento de que a saúde tem um forte potencial de integrar direitos humanos, políticas sociais, inovação e base produtiva e que a sustentabilidade do SUS depende de uma base produtiva nacional orientada para um modelo de desenvolvimento inclusivo, onde o Estado desempenha um papel central.

A abordagem ecológica esteve presente desde os primórdios de Manguinhos, influenciando fortemente seu desenvolvimento científico e, em alguns casos, recortando-se mais explicitamente, a exemplo dos trabalhos de Olympio da Fonseca sobre o Amazonas e seu papel na constituição do Instituto Nacional de Pesquisas do Amazonas (INPA), tendo sido a incorporação da temática saúde e ambiente produzida ao longo do tempo. Já o tema da sustentabilidade ganhou crescente força nas últimas décadas através de produção acadêmica, com destaque para os esforços relacionados às conferências da

ONU, estruturação de programas e projetos, por exemplo Desenvolvimento Local, Integral e Sustentável (DELIS), Territórios Integrados de Ação de Saúde (TEIAS), Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS), Impacto de Grandes Projetos, Justiça Ambiental, entre outros, agregados no grande tema” Saúde, Ambiente e Sustentabilidade”.

As bases conceituais da Reforma Sanitária, que continuam sendo a referência central para a Fiocruz, estão relacionadas ao pensamento crítico sobre saúde e sociedade e saúde e desenvolvimento e vêm produzindo momentos fortes de releituras e novos desenvolvimentos, com destaque para a abordagem “Determinantes Sociais da Saúde”, campo em que a Fiocruz, com a liderança de Paulo Buss, capitaneou a criação da Comissão Nacional sobre Determinantes da Saúde (2006), por ele presidida, e a Conferência Mundial da OMS (2011), realizada no Rio de Janeiro, e que permanece produzindo referências acadêmicas e resultados programáticos essenciais para o tema saúde e desenvolvimento sustentável.

Essa trajetória já posiciona a Fiocruz com enormes vantagens comparativas para a disputa de sentidos e direcionalidade da Agenda 2030 e ODS, ao mesmo tempo em que abre um amplo leque de possibilidades para otimizar as oportunidades criadas por esse referencial. Reforçando o pensamento crítico, o diálogo e inflexões em torno dos temas saúde e sociedade e saúde e desenvolvimento e suas relações com o conjunto dos ODS, é um grande atrator para novos desafios e desdobramentos do ponto-de-vista conceitual, acadêmico e programático e político.

### **Implementação da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030**

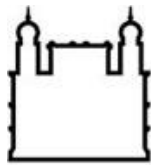
A condição para que a “Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030” ganhe centralidade e eficácia é ser identificada pela Presidência, Unidades e órgãos colegiados da Fiocruz (Câmaras Técnicas, CD e Congresso Interno) e conjunto de trabalhadores como referência para o processo de planejamento, definição de prioridades e estratégias políticas. A iniciativa da Presidente Nísia Trindade de criar a “Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030” e convocar um grupo de trabalho com ampla representatividade para estabelecer suas bases conceituais e linhas de trabalho indica esse caminho.

Nesse sentido, alguns encaminhamentos são estruturantes:

1. Estabelecer um fluxo contínuo entre a preparação do VIII Congresso Interno e os trabalhos da Comissão da “Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030”. É este o fórum que delibera sobre o desenvolvimento estratégico e programa de trabalho da Fiocruz de médio prazo e, sem um alinhamento desse processo com a “Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030”, esta perderá muito de seu sentido.
2. Constituir o Plano de Comunicação da Agenda 2030. A consolidação de uma marca, a conquista de uma cultura institucional e conduta profissionalizada para a comunicação interna e externa da Fiocruz voltada para o tema do desenvolvimento sustentável, são condições *sine qua non* para o sucesso dessa iniciativa. Ela implica, também, coordenar os esforços das diversas instâncias de comunicação e informação da Fiocruz para uma ação coerente com as diretrizes da “Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030”.
3. A Fiocruz vem reforçando a prospectiva estratégica enquanto instrumento analítico e de suporte ao planejamento da instituição. A Presidente Nísia Trindade elegeu essa vertente entre suas prioridades centrais, tendo, inclusive, criado uma coordenação diretamente a ela vinculada para essa finalidade. A Agenda 2030 e ODS devem ser adotados entre as referências centrais desse esforço de prospecção. Nesse sentido, o Centro de Estudos Estratégicos (CEE), o Projeto “Saúde Amanhã” e o Núcleo de Inteligência de Futuro, entre outras, deverão fortalecer iniciativas já em curso relacionadas à Agenda 2030. Outra importante iniciativa diz respeito à participação da Fiocruz no TWI 2050 ([www.twi2050.org](http://www.twi2050.org)), que realiza estudos prospectivos com dois marcos de referência: 2030 - “Ninguém deixado para Trás” e 2050 – “Futuro Sustentável para Todos”.
4. A Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, recém-criada e o Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2017), coordenados pela Secretaria de Governo (SEGOV) são importantes referência para a implantação da “Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030”. Ao par da análise crítica do relatório - a começar por sua ênfase no ajuste fiscal e das gritantes contradições entre as políticas desenvolvidas pelo atual governo e as aspirações da Agenda 2030 - aspectos relevantes da estratégia

nacional devem ser valorizados no desenvolvimento da agenda Fiocruz, em especial a convergência dos instrumentos de planejamento (PPA) e execução de políticas do Governo Federal com os ODS. Na formatação do PPA, já está assignado à Fiocruz, a referência para o desenvolvimento de várias metas do ODS 3. Estão em curso também negociações com a Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a Fiocruz colaborar na constituição de uma Câmara Setorial de temas relacionados à saúde. Desta maneira, além da configuração mais ampla do planejamento estratégico da Fiocruz, o detalhamento de várias ações e seu monitoramento terão os ODS como espelhamento.

5. As relações entre saúde e desenvolvimento sustentável são de natureza simbiótica e de abrangência sem limites. Somando-se a este fato as características multifacetárias da Fiocruz, a instituição sempre teve que lidar com um grande desafio de coordenação e de definição de prioridades em sua atuação nessa área. No VII Congresso Interno, o horizonte temporal foi definido para 2022 e o programa institucional foi organizado em torno dos eixos biodiversidade, clima e saúde, impacto dos grandes investimentos, saneamento e saúde do trabalhador. Hoje, acreditamos que a Agenda 2030 pode ser um eixo estruturante de longo prazo desse trabalho, com grande capacidade de construção de interfaces e formas coordenadas de atuação. Refletindo essa compreensão, a Câmara Técnica de Saúde e Ambiente adotou a Agenda 2030 e os ODS como prioridades para sua atuação no biênio 2017-2018. A mesma diretriz foi adotada para orientar os trabalhos do Centro Colaborador da OPAS em Saúde Pública e Ambiente.
6. Ciência, Tecnologia e Inovação foi reconhecida na Conferência de Adis Abeba, que tratou dos mecanismos de implementação da Agenda 2030, como prioridade absoluta e integra hoje uma série de mecanismos adotados pela ONU para direcionar o desenvolvimento do conhecimento e da cadeia de inovação, nos âmbitos globais, nacionais e locais, para realização dos ODS. A Fiocruz, que ocupa um lócus privilegiado na interface entre CT&I, Saúde e Desenvolvimento Sustentável, tem enorme potencial para contribuir nessa dimensão. Há um grande acúmulo de conhecimento e experiência nas áreas de saúde e ambiente e de inovação. Faz-se necessário, entretanto, constituir do ponto-de-vista acadêmico e programático, um campo situado nessa interface. A realização anual pela ONU do



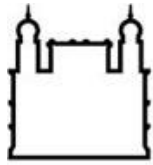
Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

- fórum STI-SDGs para subsidiar decisões do High-Level Political Forum (HLPF) e a criação de *road-map* nacional de CT&I integrado ao Plano Nacional para a Agenda 2030 e ODS, são dois exemplos onde essa expertise pode se expressar ao nível das políticas globais e nacional. O debate sobre a desconexão entre CT&I e sistemas de governança em saúde, a análise das diversas tipologias de inovações e seus efeitos sobre a saúde e o SUS, ilustram objetos de estudos e intervenções.
7. No âmbito da saúde global e cooperação internacional, o trabalho desenvolvido pelo Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz (Cris/Fiocruz) e, em particular, o Centro Colaborador da OMS-OPAS para Saúde Global e Cooperação Sul-Sul é o lócus estruturante da “Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030”.
  8. O mapeamento das linhas de pesquisa, ensino e projetos de intervenção realizadas na Fiocruz, referenciados ao tema do desenvolvimento sustentável servirá de base para a análise crítica da relevância dos mesmos para a “Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030”, esforço de agregação, priorização identificação de lacunas. Para tanto, deverá ser construída uma matriz que incorpore recorte teórico-conceituais, dimensão estruturante, contribuição para os ODS, integração institucional, relações com *stakeholders* e movimentos sociais, entre outros critérios. A recente iniciativa junto ao IIASA e CAPES para a Fiocruz integrar o comitê nacional dessa entidade e a criação de um campo de pesquisa mais consolidada sobre análise de sistemas, exemplificam a identificação de lacunas e processo de indução originados pela “Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030”.
  9. A “Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030” fará um esforço para identificar um corpo de doutrinas e abordagens conceituais que deverão presidir sua implementação, a partir da determinação social da saúde e temas conexos, dos estudos sociais de ciências, da ecologia de saberes e da teoria crítica sobre inovação e de modelos de desenvolvimento, para citar preliminarmente algumas chaves que podem presidir esse esforço.
  10. A identificação dos principais atores e interlocutores do Estado e da Sociedade Civil para os quais devem se dirigir os esforços da Fiocruz para constituição de redes, alianças e enfrentamentos, assim como as respectivas estratégias para a condução desse processo, será uma tarefa da “Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030”. Nesse caso, trata-se não só de conferir maior eficácia na atuação relativa





Ministério da Saúde

FIOCRUZ

**Fundação Oswaldo Cruz**

ao desenvolvimento sustentável, mas também de ampliar o escopo da ação da Fiocruz, e reforçar seu apoio social e político otimizando as oportunidades e linhas de menor resistência que a Agenda 2030 e ODS possibilitam.

## A AGENDA 2030 DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS ODS: SUBSÍDIOS PARA O DEBATE NA FIOCRUZ<sup>1</sup>

### APRESENTAÇÃO

A Presidência da Fiocruz, por meio da Portaria da Presidência nº773, de 05/06/2017 criou um Grupo de Trabalho para desenvolver o Marco Referencial e o Plano de Trabalho da Estratégia da Agenda 2030 na Fiocruz.

O presente documento se destina a contribuir para o debate sobre o tema na Instituição. Descreve o processo transcorrido desde a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) (Rio de Janeiro, junho de 2012), incluindo as iniciativas e contribuições da Fiocruz, e aponta os próximos passos e principais desafios nos planos global, regional (América Latina e Caribe – ALC) e nacional. Componente importante desta parte do documento é a identificação e acesso aos principais documentos relativos ao processo de definição e desdobramentos da Agenda e ODS. Na segunda parte, reporta sumariamente o acúmulo político e técnico que tem a Fiocruz em temas correlatos à Agenda 2030 e ODS, notadamente a perspectiva da determinação social da saúde (DSS) e destaca recentes desenvolvimentos institucionais.

### INTRODUÇÃO

O debate sobre as inter-relações entre ‘saúde e sociedade’ e entre ‘desenvolvimento e saúde’ existe, a rigor, desde que pensadores e formuladores de políticas econômicas e sociais e os médicos passaram a se perguntar sobre os efeitos das más condições de vida da população dos trabalhadores e dos pobres sobre sua saúde e a de suas famílias (Engels, 1845 [2008]<sup>i</sup>; Hobsbawm, 1977 [2016]<sup>ii</sup>; Rosen, 1958 [2006]<sup>iii</sup>).

Transcorridos mais de 170 anos, o debate continua, se aprofunda, e se torna, com os limites possíveis, política intergovernamental global pelas mãos das Nações Unidas,

---

<sup>1</sup> Documento preliminar para debate no GT, preparado pelo Prof. **Paulo M. Buss**, Diretor do Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris/Fiocruz) e do Centro Colaborador da OMS/OPS em Saúde Global e Cooperação Sul-Sul, Junho de 2017.

que tiveram que responder aos pedidos de providências dos países pobres para a crítica situação econômico-social em que se encontravam nos anos 1980, fruto amargo da globalização neoliberal no mundo (Stiglitz, 2002<sup>iv</sup>; Nações Unidas, 2007<sup>v</sup>; Buss, 2006<sup>vi</sup>).

A resposta (tímida) da ONU foi estimular suas agências, programas e fundos (como a OMS, OIT, FAO, UNICEF, PNUD, entre outras) a realizarem conferências mundiais no transcorrer da década de 1990 em torno dos objetos de reflexão e ação de cada uma delas, para preparar o mundo para o século XXI (Buss, 2014<sup>vii</sup>); as conferências geraram informes e recomendações que, de alguma forma, foram aproveitados pelos países e, ao mesmo tempo, ajudaram a configurar a **Agenda do Desenvolvimento do Milênio**<sup>viii</sup>, com a **Declaração do Milênio** e os **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)**, resultante da Cúpula do Milênio, realizada no ano 2000, por ocasião da 55<sup>a</sup>. Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York.

Transcorridos 15 anos, a perspectiva mundial quanto à Agenda do Milênio foi de relativa frustração, pois uma grande parte dos ODM não foram alcançados, particularmente nos países mais pobres.

Em 2012, na **Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20** – assim denominada porque realizada 20 anos depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92, Cúpula da Terra e Rio-92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992 – os Chefes de Estado e Governo (ou altos representantes) de todos os Estados-membros da ONU assumem como compromisso de todos, o documento **O Futuro que Queremos**<sup>ix</sup>, no qual convocam os países e a sociedade global para a construção da **Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável** e os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Esta traz, em sua centralidade, a eliminação da miséria absoluta e a erradicação da fome, articulando-as com um conjunto de expressões dos pilares econômico, ambiental e social do desenvolvimento.

Entre 2012 e 2015, um processo considerado por muitos como um dos mais participativos realizados no âmbito das Nações Unidas chegou à proposta de uma Agenda do Desenvolvimento até 2030; o consenso quanto a 17 ODS, entre os quais o ODS 3, que se refere à **saúde**; e uma agenda sobre o financiamento do desenvolvimento, a **Agenda**

de Ação de Adis Abeba<sup>x</sup>, resultante de evento oficial da ONU, reunindo especialistas e representantes governamentais, realizado quase um ano antes, mas incorporada à Agenda 2030.

A 70<sup>a</sup>. Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU 70), realizada em setembro de 2015, na sede da ONU, em Nova York, aprova, então, a Resolução A70/1, intitulada “**Transformando nosso Mundo: Agenda do Desenvolvimento para 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**”<sup>xi</sup>, contendo todos os elementos supramencionados. No quadro 1 (anexo), relacionam-se os 17 ODS e no quadro 2 as metas do ODS Saúde.

### **Após a Assembleia Geral das Nações Unidas de 2015**

Vinte meses transcorridos da aprovação da Resolução A70/1 da 70<sup>a</sup>. AGNU, uma série de iniciativas globais positivas vem sendo tomadas em diversas frentes<sup>xii</sup>, seja nas diferentes agências das Nações Unidas, seja em movimentos da sociedade civil, seja nos planos regionais ou nacionais, em diversos países. Entre elas, podemos citar: na agenda do clima, o Acordo de Paris (dezembro de 2015)<sup>xiii</sup>; para a população materno-infantil, a Estratégia Global para a Saúde das Mulheres, das Crianças e dos Adolescentes (2016-2030)<sup>xiv</sup>; na questão das moradias e seus entornos, a Habitat III (Quito, 2016)<sup>xv</sup>, e muitas outras iniciativas complementares, em diversas áreas do desenvolvimento sustentável (DS). O United Nations Office for South-South Cooperation, por exemplo, publicou em maio de 2016 um informe que reúne 61 ‘boas práticas’ de cooperação Sul-Sul e triangular que contribuiriam “para acelerar o desenvolvimento humano sustentável”<sup>xvi</sup>.

Etapa importante em execução, neste momento, é a definição dos *indicadores* para medir a execução das metas dos ODS. A Comissão de Estatística das Nações Unidas (UNStats)<sup>xvii</sup>, liderando um grupo inter-agencial (da ONU) e de especialistas (IAEG/SDG), definiu uma lista<sup>xviii</sup> de 232 indicadores (<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/2013150612-FINAL-SDSN-Indicator-Report1.pdf>) para as diversas metas dos ODS, visando ao monitoramento do progresso das mesmas, entre os quais 27 indicadores para as metas da saúde. Ao examiná-los, consideramos que são indicadores tradicionais, supostamente acessíveis na maioria dos países, como índices de mortalidade e morbidade. Lamentável que indicadores de

saúde pública, capazes de captar o componente da vigilância sanitária e regulação, estejam ausentes, como a sugerir que esta dimensão não está efetivamente considerada no modelo de sistemas de saúde previstos no ODS Saúde. Não parece casual, porque é exatamente nesta função da saúde pública que se observa o embate entre os interesses privados da indústria e comércio com impacto potencial sobre a saúde e os interesses da população, teoricamente defendidos por um Estado democrático regulador.

Na realidade, o conjunto de metas do ODS Saúde, tal como se apresenta, é necessário, mas não será suficiente para implementar, na sua plenitude, o esperado e ambicioso enunciado do *ODS 3: Assegurar vidas saudáveis e promover o bem-estar para todos em todas as idades*. Da mesma forma, os quatro meios de implementação específicos são uma versão muito limitada do arcabouço conceitual e de práticas existentes nas ciências e na saúde pública para enfrentar a complexidade da saúde. De fato, a maioria das metas se refere ao controle de doenças ou do cuidado à saúde individual, insuficientes quando, desde já há muito tempo, se reconhece que a saúde é expressão e resultado da interação dinâmica da biologia individual com os determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde, passíveis de transformação somente por meio de políticas e ações intersetoriais coerentes, coordenadas e promotoras da equidade (Buss *et al*, 2017).

Cabe, portanto, uma análise profunda das estratégias de implementação do ODS 3, considerando, inclusive, como articular sua implementação, de forma intersetorial, com os demais ODS, que são, em essência, determinantes sociais da saúde.

Passo extremamente importante para a Agenda 2030 e os ODS, na esfera global, foi o **Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável**<sup>xix</sup>, que se realizou de 10 a 19 de julho de 2017, na sede da ONU, em Nova York, no âmbito da reunião anual do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas. O tema do evento foi "*erradicar a pobreza e promover a prosperidade num mundo em mudança*". O conjunto de metas analisado em profundidade nesta reunião incluiu, além do Objetivo 17 (governança) – cuja evolução será examinada todos os anos – também as metas dos objetivos 1 (pobreza), 2 (fome, segurança alimentar, nutrição e agricultura sustentável), **3 (vida saudável e bem-estar)**, 5 (gênero), 9 (infraestrutura, industrialização e inovação) e 14 (oceanos, mares e recursos marinhos).

O produto político mais relevante do evento foi a *Declaração de Ministros sobre Desenvolvimento Sustentável 2017*<sup>2</sup>, um documento de 11 páginas (na sua versão em espanhol) e 30 parágrafos, emitida ao final do evento, com o título geral “*A erradicação da pobreza e a promoção da prosperidade em um mundo em evolução*”, tema em torno do qual se desenvolveram tanto as sessões deliberativas do HLPF, quanto as centenas de apresentações, mesas, seminários e encontros paralelos realizados.

Na Declaração Ministerial, os representantes máximos dos países participantes, reafirmaram “*o compromisso de aplicar efetivamente a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, para todas as pessoas, em todo o mundo, assegurando-nos de que ninguém fique para trás*”, vale dizer, os princípios da universalidade e equidade no desenvolvimento.

Apesar de afirmar que, transcorridos quase dois anos, os esforços de implementação da Agenda produziram resultados alentadores em muitos âmbitos, o documento reconhece que o ritmo deve se acelerar, porque os desafios se tornaram ainda mais urgentes e o enfrentamento dos mesmos, inadiável.

A Declaração se compromete com a realização das metas e meios de implementação de todos os ODS que foram priorizados no debate deste ano: ODS sobre pobreza (1), fome (2), saúde (3), gênero (5), infraestrutura e industrialização (9) e 14 (oceanos), assim como o Objetivo 17 (governança e cooperação), dando ênfase especial à *erradicação da pobreza*, que como uma chaga e um imperativo ético impostergável, desafia a chamada ‘comunidade internacional’: 1,6 bilhões de pessoas ainda vivem no mundo em situação de pobreza multidimensional.

Assume a Declaração que é necessário *empoderar as pessoas vulneráveis*, mencionando especificamente as crianças, adolescentes, jovens, pessoas com necessidades especiais (das quais 80% vivem em situação de pobreza), as portadoras de HIV/AIDS, idosos, povos indígenas, refugiados e deslocados internos forçados, migrantes, os povos que vivem em zonas emergência humanitária e aqueles que habitam zonas afetadas pelo terrorismo e conflitos.

---

<sup>2</sup> Ver o Projeto de Declaração Ministerial (versão preliminar) em: <http://undocs.org/es/e/2017/L.29>

Reafirma, também, a extrema importância das *questões ambientais* e de mudanças climáticas, que têm produzido desafios cada vez maiores, porque não cessam as pressões do modelo econômico vigente sobre os já escassos recursos do planeta. Neste caso, pede que os países cumpram integralmente os compromissos assumidos com o Acordo sobre o Clima, firmado em Paris, e exorta aqueles que ainda não o fizeram, a depositar seus instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, o que pode ser interpretado como uma crítica, ainda que velada, ao governo Trump, por exemplo, que unilateralmente abandonou o Acordo.

Do ponto de vista da governança, chama a atenção para a imperiosa necessidade de promover a integração das políticas, definir e implementar planos nacionais de desenvolvimento, ‘localizar’ a Agenda e os ODS e promover alianças inclusivas. O documento aponta que, entre as dificuldades comuns a todos os países menos desenvolvidos, figuram a rigidez estrutural, os elevados níveis de endividamento, a escassa participação no comércio mundial, o deficiente desenvolvimento da infraestrutura, a baixa produtividade, o crescimento sem emprego, e a limitada resiliência às repercussões das mudanças climáticas, desertificação, inundações, seca e degradação da terra.

Para esta reunião do HLPF 2017, o ODS 3 – “Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades” foi um dos ODS escolhidos para ter sua implementação avaliada.

A Declaração Ministerial chama a atenção para uma contribuição holística da saúde, afirmando que “os investimentos em saúde contribuem na redução da desigualdade, no crescimento econômico sustentável e inclusivo, no desenvolvimento social, na proteção ao meio ambiente, assim como na erradicação da pobreza, da fome e da má nutrição”. Embora reconheça avanços importantes em muitos aspectos ressalta que persistem dificuldades importantes, caso do acesso universal à ‘atenção médica’ de qualidade, medicamentos, saúde sexual e reprodutiva e saúde mental, assim como à água potável e ao saneamento.

Faz também um recordatório bastante retórico e repetitivo sobre todas as metas integrantes do ODS; de novo, aponta apenas a resistência antimicrobiana como problema

a ser enfrentado. Destaca a importância de fortalecer sistemas de saúde inclusivos e resilientes, de tratar os determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde, e de investir na pesquisa científica e inovação.

Além da Declaração Ministerial, a plataforma do HLPF 2017 contém: o documento-síntese das contribuições das comissões regionais das Nações Unidas (como a CEPAL e as demais); informes de cerca de 50 países (inclusive o Brasil), que voluntariamente estão apresentando um balanço da implementação da Agenda e ODS em território nacional em 2017; documentos de posição dos diversos ‘*major groups*’ formalmente constituídos em torno do processo da Agenda 2030 e ODS desde o princípio: Negócios e Indústria; Educação & Academia; Autoridades Locais; Organizações Não-Governamentais; Comunidade Científica e Tecnológica; Trabalhadores e Sindicatos; além de um balanço geral sobre os progressos globais no alcance dos ODS. Reúne também documentos sobre grupos específicos, como mulheres, crianças e juventude, populações indígenas e pessoas com deficiências. Os vídeos dos debates e apresentações realizadas continuam acessíveis na mencionada plataforma.

Em 2018, sob o lema ‘*Transformação na direção de sociedades sustentáveis e resilientes*’ os ODS priorizados serão os ODS 6 (água e saneamento), 7 (energia), 11 (cidades e assentamentos humanos), 12 (padrões sustentáveis de produção e consumo) e 15 (ecossistemas terrestres). Em 2019, com o lema “*Empoderando pessoas e assegurando inclusão e equidade*”, os ODS priorizados serão os ODS 4 (educação), 8 (crescimento econômico, emprego e trabalho decente), 10 (redução das desigualdades), 13 (mudanças climáticas) e 16 (sociedades pacíficas e inclusivas e instituições efetivas, responsivas e inclusivas [governança]).

Ainda no âmbito da Agenda e da ONU, a Fiocruz, por meio do seu ex-presidente Paulo Gadelha, faz parte do **10 Members Group<sup>xx</sup>**, nomeado pelo Secretário das Nações Unidas, para tratar da contribuição da ciência, tecnologia e inovação ao aperfeiçoamento e implementação da Agenda 2030 e dos ODS; neste contexto será realizado nos dias 6 e 7 de novembro de 2017, na Fiocruz, um evento de alto nível para debater um conjunto de recomendações sobre C&T no processo do desenvolvimento sustentável.



A Agenda 2030 move-se também no âmbito da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em maio de 2016, a 69ª. Assembleia Mundial da Saúde aprovou a resolução WHA 69.15<sup>xxi</sup> sobre saúde na Agenda do Desenvolvimento Sustentável 2030. Em janeiro de 2017, o Comitê Executivo, em sua Reunião n.º.140, tomou conhecimento de um relatório sobre os progressos alcançados na implementação da Agenda 2030<sup>3</sup>, no qual a Secretaria propôs seis principais linhas de ação, aprovadas pelos Estados-Membros na mencionada reunião: ações intersetoriais de múltiplas partes interessadas; reforço dos sistemas de saúde em prol da cobertura universal de saúde; respeito pela equidade e direitos humanos; financiamento sustentável; pesquisa e inovação científica; e acompanhamento e avaliação.

A recém-realizada 70ª. Assembleia Mundial da Saúde (Genebra, Maio de 2017)<sup>4</sup>, examinou os progressos na aplicação da Agenda 2030, por meio da Resolução A70/35<sup>5</sup>, apresentados em duas partes: na primeira, apresenta os progressos da situação sanitária global e na implementação do ODS 3 (Saúde) e suas metas, assim como de outros ODS e metas relacionados com a saúde; na parte II descreve os progressos realizados na aplicação da Resolução WHA 69.15 (2016). O documento como um todo é de grande valia para orientar possíveis ações futuras da Fiocruz e devem ser difundidas e consideradas na programação de atividades da instituição. As sugestões e recomendações contidas na Resolução WHA 70.35 (2017) também deveriam ser tomadas em conta na elaboração de programas e projetos da Fiocruz.

### **Obstáculos e dificuldades no processo político global**

Entretanto, diversos eventos mundiais negativos trazem perspectivas sombrias para o futuro da Agenda 2030 e dos ODS. O meio de implementação fundamental da Agenda 2030 está contido no ODS 17, o qual reitera a ‘aliança para o desenvolvimento’,

---

<sup>3</sup> Documento EB140/32.,

<sup>4</sup> OMS. 70ª. Assembleia Mundial da Saúde. *Documentation*. Acesso: [http://apps.who.int/gb/e/e\\_wha70.html](http://apps.who.int/gb/e/e_wha70.html)

<sup>5</sup> OMS. Projeto de Resolução A70/35. *Progresos en la aplicación de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible - Informe de la Secretaría*. Acesso: [http://apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/WHA70/A70\\_35-sp.pdf](http://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA70/A70_35-sp.pdf)

já presente no ODM 8, significando o financiamento solidário do desenvolvimento dos países mais pobres pelos países mais ricos com 0,7% do seu PIB de ajuda oficial para o desenvolvimento (AOD), mas também com transferências tecnológicas em todas as áreas (agricultura, saúde, proteção ambiental etc.), fundamentais para a sustentabilidade global do desenvolvimento e em cada país também. A profunda crise econômica que explodiu em 2007-2008 no circuito central do capitalismo global (Estados Unidos e países da União Europeia) tem sido invocada como a razão central para justificar a redução na AOD por parte dos países mais ricos.

De outro lado, a alçada ao poder, nos Estados Unidos da América, do ultraconservador Donald Trump, com suas agressivas políticas xenofóbica e armamentista, além do desprezo pela proteção ambiental em favor do crescimento econômico mesmo que seja às custas de poluição e do esgotamento dos recursos naturais do planeta, é um outro elemento fatal do quadro de desalento quanto às reais possibilidades do desenvolvimento sustentável que vêm, pouco a pouco, tomando conta do planeta. A saída dos EUA do Acordo do Clima de Paris e a redução dos repasses financeiros dos Estados Unidos à ONU, em geral e a cada uma de suas agências, a quem tocaria coordenar os esforços em prol do desenvolvimento sustentável e da concretização da Agenda 2030 e dos ODS, são medidas já tomadas pela administração Trump com repercussões extremamente negativas no processo global de implementação da agenda 2030 e ODS. Nisto, o governo americano pode ser seguido pela onda conservadora que ameaça tomar conta da Europa, casos da França e o já concretizado Brexit.

Verdade que os movimentos sociais na nação americana têm dado sinais de importante vigor na resistência aos planos ultraconservadores de seu principal dirigente e algumas expectativas mais conservadoras não têm se confirmado na Europa, casos da Áustria, Holanda e França, que rejeitaram, pelo voto, a eleição de governos conservadores e descompromissados com o desenvolvimento sustentável e a solidariedade internacional.

O desafio parece ser, neste momento, recuperar a agenda da cooperação multilateral que se encontra no limbo entre a hiperglobalização, o ultra-neoliberalismo e o unilateralismo prevalentes.

## Algumas ações regionais na América Latina e Caribe (ALC)

A iniciativa mais importante e abrangente sobre a Agenda e os ODS na ALC, até o momento, é o **Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável<sup>xxii</sup>**, criado pelos Estados-membros da *Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe (CEPAL)*, em sua Sessão Anual de 2016, realizada na Cidade do México. A proposta materializou-se na resolução 700<sup>xxxv</sup>, que o cria como mecanismo regional para acompanhar e analisar a aplicação e o acompanhamento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, os ODS, suas metas e meios de implementação, e da Agenda para Ação Adis Abeba sobre o Financiamento do Desenvolvimento. Posteriormente, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) aprovou a criação do Fórum através da sua Resolução 2016/12.

O Fórum é liderado pelos Estados e aberto à participação de todos os países da América Latina e do Caribe. É convocado sob os auspícios da CEPAL e guiado pelos princípios estabelecidos para todos os processos de monitoramento e revisão da Agenda 2030. Envolve os Estados, o setor privado e a sociedade civil, bem como os órgãos subsidiários da CEPAL, bancos de desenvolvimento, outras agências das Nações Unidas e blocos de integração regional. O Fórum busca proporcionar oportunidades de aprendizagem entre pares, intercâmbio de boas práticas e discussão de objetivos comuns.

Em 2016, quando da criação do Fórum, a CEPAL apresentou o documento **Horizontes 2030<sup>xxiii</sup>** - importante referência conceitual sobre a Agenda e ODS para a região. Trata-se de documento voltado para a Agenda e os ODS, aprovado pelos Estados-membros, representados por seus Ministros do Planejamento, na referida reunião de abril de 2016, no México. Segundo a CEPAL, numa perspectiva estruturalista do desenvolvimento, suas propostas centram-se em mudanças estruturais progressivas que aumentem a incorporação de conhecimentos na produção, garantam a inclusão social e combatam os efeitos negativos das mudanças climáticas, num impulso em direção à igualdade e à sustentabilidade ambiental.

Já a primeira reunião formal do Fórum realizou-se em abril de 2017, também na cidade do México, país que exerce a presidência *pro tempore*. Todos os documentos

apresentados e posicionamentos de governos, sociedade civil etc. se encontram no portal do evento: <http://foroalc2030.cepal.org/2017/es> e oferecem um rico painel sobre visões e posicionamentos políticos sobre a Agenda e ODS na ALC, de governos e diversos atores interessados no processo.

Na mesma reunião, a CEPAL apresentou um **informe anual**, relativo a 2016, **sobre o progresso e os desafios regionais da Agenda 2030 na ALC<sup>xxiv</sup>**, referindo-se a três áreas: um diagnóstico dos progressos alcançados até ao momento e os desafios que virão; uma descrição dos mecanismos institucionais nacionais da região para a aplicação da agenda 2030; e uma análise dos desafios e das oportunidades associadas à construção e à medição dos indicadores de ODS.

Já no âmbito da saúde no desenvolvimento sustentável, a mais importante iniciativa na região das Américas é a que está em curso no âmbito da Organização Pan-americana da Saúde (OPS): a elaboração da **Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030<sup>xxv</sup>**, decidida pelos ministros da saúde da região, na 55<sup>a</sup>. Reunião do Conselho Diretor da OPS (Washington DC, setembro de 2016). Um Grupo de Trabalho de Países, apoiado pelo Secretariado da OPS, está elaborando proposta preliminar desta Agenda de compromissos para o futuro, para ser apreciada na 29<sup>a</sup>. Conferência Sanitária Pan-americana (Washington DC, setembro de 2017).

O documento está sendo construído com base na Agenda 2030 e ODS das Nações Unidas e na experiência e avaliação da Agenda de Saúde para as Américas 2008-2017<sup>xxvi</sup> e do Plano Estratégico da OPS 2014-2019<sup>xxvii</sup>. Seu produto principal será um documento de política da OPS sobre a implementação da Agenda e ODS na região, particularmente quanto ao ODS 3 Saúde, com compromissos e responsabilidades dos Estados-membros e do secretariado da Organização, com respeito à sua implementação.

Incluirá a análise da situação das tendências econômicas, sociais e demográficas, assim como do perfil epidemiológico, estado de saúde e resposta dos sistemas de saúde da região e proporá estratégias para “a exitosa implementação da Agenda”, com recomendações para a própria OPS e os Estados-membros, compreendendo a coordenação interinstitucional, a cooperação e as alianças entre os países, assim como a coordenação intersetorial dentro dos mesmos. Harmonizar e mesmo coordenar

programas, projetos e ações da Fiocruz com a proposta da Agenda da Saúde Sustentável dos Estados-membros da OPS seria recurso muito importante de aproximação com a agenda continental do desenvolvimento sustentável.

Entre os mecanismos considerados para a implementação intersetorial da Agenda 2030, do ponto de vista da saúde, está a estratégia da ‘Saúde em Todas as Políticas’ (STP). O conceito amplamente aceito de STP diz que se trata de:

*"Uma abordagem para as políticas públicas em todos os sectores para que tenham sistematicamente em conta as implicações para a saúde das suas próprias decisões, que procure estabelecer sinergias e trate de evitar impactos negativos para a saúde, com o intuito de melhorar a saúde da população e a igualdade em saúde".<sup>xxviii</sup>*

Em 2014, a partir da Declaração do Rio e da Conferência de Helsinque, os Ministros de Saúde de todo o mundo discutiram o tema na 67<sup>a</sup>. Assembleia Mundial da Saúde e aprovaram um aprofundamento dos debates. No mesmo ano, os Ministros da Saúde da Região das Américas aprovaram a Resolução CD53/10<sup>xxix</sup>, que contém um Plano para a implementação da abordagem de STP nos países da Região, incluindo linhas estratégicas de ação e indicadores para o período 2014-2019. O Plano de Ação baseia-se em seis linhas estratégicas de ação, compatíveis com o marco da OMS para a Ação em STP: 1) Estabelecer as necessidades e as prioridades para STP; 2) Planejamento de ações; 3) Identificar as estruturas e processos de apoio; 4) Facilitar a avaliação e o engajamento; 5) Assegurar o acompanhamento, avaliação e a prestação de contas; 6) Reforçar as capacidades.

De outro lado, a Diretora da OPS decidiu criar, em abril de 2016, a **Comissão da OPS sobre Equidade e Desigualdades em Saúde nas Américas<sup>xxx</sup>**, constituída por cerca de 20 especialistas de diversas áreas e da sociedade civil, de diversos países da região, sob a coordenação do Prof. Michael Marmot, com apoio do Secretariado da OPS. Conta com dois participantes brasileiros, um dos quais o diretor do Cris/Fiocruz, Paulo Buss. Já realizou quatro reuniões, a última delas em San Jose, Costa Rica, em junho de 2017.

A Comissão vem trabalhando sobre as evidências existentes e procura proporcionar nova e mais profunda compreensão de como as normas e padrões de gênero,

etnia e direitos humanos interagem com essas desigualdades, também inter-relacionadas. Equidade e justiça social é o ponto em torno do qual devem girar as ações sobre a saúde, em consonância tanto com as prioridades da região das Américas, quanto com o compromisso global com estes princípios, renovado na Agenda 2030 e ODS. Além desta função, a Comissão deverá desenhar propostas para reduzir as desigualdades e ampliar a equidade na ALC. A Fiocruz, com seu amplo acervo de conhecimentos na matéria, poderá colaborar com a Comissão, assim como construir propostas de estudos para responder as questões candentes de que trata a mesma.

A comissão apresentará um informe parcial à Conferência Sanitária Pan-americana (outubro de 2017) e o informe final está previsto para ser lançado em outubro de 2018. Para junho de 2018, está prevista a realização da reunião final da Comissão na Fiocruz, quando será aprovado o mencionado informe final. Uma versão preliminar do informe deverá ser apresentada ao XII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (Rio de Janeiro, Fiocruz, junho de 2018).

Outro processo em curso na região é o **estudo sobre os *think-tanks* e instituições acadêmicas da ALC** envolvidos com a produção de conhecimento, a formação de recursos e a cooperação técnica para a **implementação da Agenda 2030 e dos ODS** nos países da região, inclusive o Brasil. Está sendo desenvolvido pelo Cris/Fiocruz, na qualidade de *hub* para a América Latina do projeto Think\_SDG, iniciativa global que envolve além do próprio Cris/Fiocruz, o Centro Internacional para o Desenvolvimento da Pesquisa (IDRC, International Development Research Center) do Canadá; o Instituto de Graduação de Genebra, por meio do seu Centro de Saúde Global; e, como parceiros na região, a ALASAG (Aliança Latino-americana de Saúde Global) e as Rede de Institutos Nacionais (RINSP) e de Escolas de Saúde Pública (RESP) da UNASUL Saúde.

A UNASUL e outras estruturas de integração regional da ALC, como Comunidade Andina, Mercosul, Comisca (Conselho de Ministros da Saúde da América Central e República Dominicana) e a própria CELAC (Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos), marcham em um ritmo ainda de preparação e posicionamento para, em conjunto, abordar a implementação da Agenda e dos ODS nas respectivas sub-regiões. Iniciativas sobre a Agenda 2030 estão sendo consideradas no contexto da cooperação técnica da Fiocruz com o Instituto Sul-americano de Governo em Saúde

(ISAGS). Na qualidade de Secretaria Técnica das Redes de Institutos Nacionais de Saúde (RINS), Escolas de Saúde Pública (RENSP) e de Escolas Técnicas (RETS) da UNASUL Saúde, a Fiocruz tem promovido a difusão de informações sobre a Agenda 2030 e os ODS e pretende estimular a cooperação interinstitucional em pesquisa e formação de recursos humanos e a cooperação técnica em torno da Agenda e dos ODS, no âmbito de tais organizações.

### **Iniciativas da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP)**

Na XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**, ocorrida nos dias 31 de outubro e 1º de novembro de 2016, a Presidência rotativa da Comunidade foi transmitida ao Brasil, por um período de dois anos. Para a presidência brasileira, foi escolhido como lema: “*A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*”. Neste contexto, o Ministério da Saúde do Brasil decidiu convocar a *IV Reunião de Ministros da Saúde da CPLP*, que se realizará dia 26 de outubro de 2017, em Brasília/DF.

Na área de Saúde, tendo como marco o lema da presidência brasileira, será priorizado o fortalecimento do *Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP)*, visando à estruturação dos Sistemas Nacionais de Saúde dos Estados membros. Como se sabe, o Cris/Fiocruz está encarregado, junto com o Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) da Universidade Nova de Lisboa, Portugal, de apoiar os países-membros da CPLP na implementação do PECS. Complementarmente, a Fiocruz desempenha o papel de Secretaria Executiva das Redes de Institutos (RINS), Escolas (RESP) e Escolas Técnicas (RETS). A pedido da Assessoria Internacional de Saúde do Ministério da Saúde (AISA/MS), o Cris/Fiocruz preparou um documento preliminar sobre a Agenda 2030 e os ODS para subsidiar as discussões da mencionada Reunião de Ministros<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Cris/Fiocruz (2017). Informe sobre a Agenda do Desenvolvimento das Nações Unidas 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para a IV Reunião de Ministros da Saúde da CPLP, Brasília, 26 de Outubro de 2017.

## Perspectivas no Brasil

O Governo Federal instituiu a **Comissão Nacional sobre Desenvolvimento Sustentável** pelo Decreto nº 8.892, de 27/10/2016<sup>7</sup>, cujos objetivos e composição são apresentados no box sobre a Comissão. Pela Portaria nº 38 da Secretaria de Governo, de 24/05/2017, foram indicados nominalmente os membros dos representantes dos ministérios outras esferas governamentais e da sociedade civil<sup>8</sup>. O *Governo Federal* está representado na Comissão pela SEGOV-PR que a preside, a Casa Civil, e os ministérios de Relações Exteriores (MRE), do Meio Ambiente (MMA), do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) e do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Foram nomeados os representantes da *sociedade civil*, a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior (ANDIFES), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS), Conselho Nacional das Populações Extrativistas, Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (Abrinq), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), União Geral dos Trabalhadores (UGT) e Visão Mundial. Também compõem a Comissão representantes de *entidades estaduais*, a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA), e *municipais*, a Confederação Nacional de Municípios (CNM).

O Brasil foi um dos países que apresentou ao HLPF/ECOSOC 2017 o **Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável<sup>xxx</sup>**, correspondente ao ano de 2017<sup>9</sup>. Composto de 77 páginas, ressalta “a convergência entre o instrumento nacional de planejamento – o Plano Plurianual 2016-2019 – e a Agenda 2030”, aponta “estratégias para incorporar a Agenda 2030” e indica como mecanismo de

---

<sup>7</sup> Brasil (2016). Comissão Nacional sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Acesso: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2016/decreto/D8892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/decreto/D8892.htm)

<sup>8</sup> Brasil (2017). Portaria de nomeação dos membros da CNODS. Acesso: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=3&data=25/05/2017>

<sup>9</sup> Até dia 25 de junho de 2017, um total de 44 países havia apresentado seu Informe Voluntário. Nas Américas, cinco (5) países da América do Sul: Argentina, Brasil, Chile, Peru e Uruguai; e seis (6) da América Central: Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Panamá. Os Estados Unidos, Canadá e México não o tinham feito, nem qualquer dos países do Caribe.



governança para os ODS, a criação da Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo segundo o Relatório Global de Desenvolvimento Humano de 2016 do PNUD, pois ocupa a 10<sup>a</sup> posição no ranking da desigualdade (medida pelo coeficiente de Gini), de um conjunto de 143 países. Estas são heranças de uma cidadania regulada<sup>xxxii</sup> e características de uma democracia ainda de baixa intensidade<sup>xxxiii</sup>. Reconhecer e combater esta desigualdade é um desafio complexo e permanente para a sociedade brasileira. Um recente informe<sup>xxxiv</sup> publicado pelo PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro, no âmbito do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, traz a desagregação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), e outros 170 dados socioeconômicos, por cor, sexo e situação de domicílio que pode ser acessado na plataforma [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br). Os territórios contemplados abrangem o Brasil, todas as Unidades da Federação, 20 Regiões Metropolitanas e 111 municípios, para os anos censitários de 2000 e 2010.

Mudanças positivas no desenvolvimento humano do país foram apontadas em sucessivos relatórios e analisadas em edições do referido Atlas (1998, 2003 e 2013). O país obteve grandes avanços em esperança de vida, educação e renda, a partir da adoção de estratégias inclusivas das últimas décadas, como o aumento progressivo no valor do salário mínimo, as transferências de renda condicionadas, as políticas de ações afirmativas, e os investimentos em saúde e educação; entretanto, ainda apresenta grandes desigualdades internas e regionais.

Assim, as disparidades nos rendimentos de homens e mulheres diminuíram no período analisado (2000 a 2010), mas homens seguem ainda tendo salários mais elevados do que as mulheres, embora estas tenham melhores índices educacionais. O IDHM da população negra foi o que cresceu mais rapidamente naquela década, ainda que continue com valores inferiores se comparado ao IDHM da população branca. Nas áreas rurais brasileiras, a população também apresentou significativa melhora em seus IDHM; contudo, apresentam resultados bastante díspares daqueles observados para as cidades, principalmente quanto à educação e renda.

Para seguir reduzindo as desigualdades, é fundamental que as métricas de desenvolvimento humano sejam complementadas e intercruzadas por outras métricas de bem-estar, desagregadas e atuais, a fim de alcançar uma melhor e acurada compreensão da realidade das populações menos favorecidas, o que é imprescindível para a elaboração e focalização de políticas públicas. Além disso, também serve à sociedade como instrumento de informação para pautar as mudanças estruturais necessárias ao Brasil, que promovam de fato a igualdade entre todas e todos.

Entretanto, não diferente do que ocorre em quase todos os países, a resposta que vem sendo dada no Brasil à crise internacional do capital financeiro segue a regra de contração mundial da atividade econômica e a subtração das políticas públicas sociais inclusivas<sup>xxxv</sup>. Soma-se a isso um preocupante cenário de incerteza e instabilidade política.

Desta forma, não são transformações pro-equidade que se delineiam para o futuro, pelo menos com o conjunto de emendas constitucionais apresentadas pelo Executivo e outros projetos de lei de iniciativa do Legislativo, nas áreas de previdência, trabalho e outros direitos, que se encontram ameaçados pelo teor das propostas. Tais emendas afastam o Brasil do compromisso formal assumido com a Agenda 2030 e os ODS, não só por seus efeitos imediatos, que já se fazem sentir, mas pelas perspectivas de longo prazo, que retiram dos brasileiros direitos conquistados e muito coerentes com os enunciados da Agenda 2030, entre os quais ressalta-se o da equidade entre regiões, gêneros, etnias etc.

O Plano Plurianual 2016-2019 (Lei 13.249, de 2015)<sup>xxxvi</sup>, apresentado ao Congresso Nacional, ainda na vigência do governo Dilma, trazia no seu bojo um conjunto de proposições relacionadas com a Agenda 2030 e aos ODS e, junto, uma expectativa favorável à orientação do desenvolvimento sustentável no país. Apesar de mencionado no informe voluntário do Brasil ao HLPF, entende-se, neste momento, que seu destino é no mínimo incerto, tudo indicando que um novo Plano deverá ser formulado, o qual, se guardar coerência com as emendas constitucionais em debate no Congresso Nacional, será motivo de grandes preocupações pelas perspectivas do modelo de desenvolvimento que descortina.

O Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, constituída por 35 entidades de alto nível da sociedade civil brasileira, também preparou um documento de avaliação da situação e sobre a implementação da Agenda e dos ODS no Brasil no período 2015-2017<sup>xxxvii</sup>, o Relatório Luz GTSC Brasil HLPF2017. Segundo o documento, a implementação da agenda de sustentabilidade no país revela mais preocupações do que motivos para celebrar.

Os ganhos, e não são muitos, são em sua maioria consequência de políticas públicas em determinados setores sociais e ambientais, principalmente, como os programas de transferência de renda condicionada – Programa Bolsa Família –, de segurança alimentar e nutricional, de saúde pública através do SUS, de legislação avançada na proteção das mulheres, de ações isoladas de agentes econômicos que começam a alinhar suas ações aos ODS, e de algumas boas parcerias e cooperação sul-sul para o desenvolvimento com a África e a América Latina.

O documento defende que os desafios iniciam com a própria manutenção dos programas e projetos que vêm funcionando, que paulatinamente têm sido desmontados. Outro desafio, e oportunidade, é a qualidade das ações desenvolvidas por tais programas e projetos, que ainda se encontram muito aquém de seu potencial investido, o que proporciona baixo retorno no investimento, com alto índice de desperdício de recursos (humanos, naturais e financeiros), o que criou um gargalo histórico de baixa eficiência do investimento público e dos privados, estes voltados muito ao curto-prazo, distorcendo valores monetários.

A Fiocruz, como instituição estratégica de Estado de CT&I em saúde, tem interesse elevado em contribuir para que a Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável cumpra com êxito a sua missão. Este é um dos objetos centrais da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030.

Um trabalho de convencimento político precisa ser feito junto ao Executivo, Legislativo e, mesmo no Judiciário, demonstrando que as desigualdades que estão se ampliando poderão se ampliar ainda mais caso as medidas em curso se efetivem, o que poderá deixar o Brasil fora de um processo saudável, equitativo e inclusivo. Este é um papel fundamental para os movimentos sociais e as instituições acadêmicas.

De outro lado, as governanças nacionais e global precisam ser transformadas com vistas à implementação de planos de desenvolvimento coerentes com a equidade e a inclusão social, em um contexto de desenvolvimento econômico que preserve o meio ambiente e os recursos naturais já duramente ameaçados.

### **Governança do desenvolvimento sustentável: integrar os pilares econômico, social e ambiental**

Uma questão muito pouco abordada, mas extremamente importante para a implementação da Agenda e dos ODS, é o processo de governança mais adequado para sua implantação. Transparência, prestação de contas, eficácia institucional e combate à corrupção são alguns critérios apresentados na Resolução visando à governança do desenvolvimento sustentável. Contudo, tais princípios gerais, embora necessários, obviamente não são suficientes para ajudar a governança global ou governos nacionais e locais na implementação de objetivos tão complexos como os que se anunciam na Agenda 2030, que precisam de instrumentos político-técnicos e ferramentas administrativo-gerenciais adequadas. Os membros do *High-Level Political Forum*, estabelecido na Rio+20 pelos Chefes de Estado e de Governo para ordenar o processo de governança da implementação da Agenda e ODS, consideram a seguinte orientação (*From silos to integrated policy making*):

*“Achieving effective integration of the three dimensions of sustainable development goes beyond merely “aggregating” independently formulated policies across the different domains. It entails taking into account inter-linkages among different areas of policy at the formulation stage. Integration implies that policy-making in any one area takes into account the effects of (and on) policies and outcomes in other sectors and areas. This will help ensure that policy is mutually coherent across the full range of dimensions, and that the effects of policy in one area do not contradict or undermine desired outcomes in others. This also enables to incorporate in sectoral policy-making cross-cutting dimensions that are crucial to achieving sustainable development, such as sustainable consumption and production”.*

Integração e coordenação são essenciais para a coerência da política global do desenvolvimento sustentável. Isto foi reconhecido desde o início de sua história

institucional. A Agenda 21 pedia aos governos que adotassem estratégias nacionais para o desenvolvimento sustentável e que harmonizassem suas políticas e planos sociais, ambientais e econômicos. Em 2002, a Cúpula de Johannesburgo sublinhou a necessidade de criar ou reforçar as autoridades e os mecanismos existentes e necessários para a formulação, coordenação e implementação de políticas e aplicação das leis. Na Conferência Rio+20, em 2012, os Estados-Membros das Nações Unidas reiteraram seu compromisso com o desenvolvimento sustentável em todos os níveis e reconheceram as interligações entre as suas três dimensões. Articulação de políticas intersetoriais é um dos desafios para cada país e para a governança global para a implementação da Agenda 2030 e dos ODS e deve ser objeto do foco das atividades da FioCruz.

### **Documentos úteis para alimentar o debate**

Quatro importantes documentos, preparados por comissões independentes de alto nível sobre o processo de desenvolvimento na esfera global, que devem ser conhecidos pelos interessados no processo, pela qualidade de seus dados e pela pertinência de suas conclusões e recomendações são: 1) o **Informe da Comissão Universidade de Oslo – The Lancet** (2014)<sup>xxxviii</sup>, que trata das origens políticas das desigualdades globais em saúde; 2) o informe da **Comissão The University College London – The Lancet** (2012)<sup>xxxix</sup>, sobre a complexidade dos ambientes urbanos e o planejamento de cidades saudáveis; e outros dois documentos sobre *questões ambientais*: 3) o informe da **Comissão The Fundação Rockefeller – Lancet** (2016)<sup>xl</sup>, que trata dos impactos ambientais sobre a saúde humana, na denominada era do Antropoceno; e 4) o informe sobre **Saúde e Mudanças Climáticas** (2015)<sup>xli</sup>, sobre as respostas políticas frente ao clima, para proteger a saúde pública.

Outros dois documentos úteis, sempre que utilizados de forma crítica, foram publicados recentemente pelo Banco Mundial: 1) o **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2017: Governança e o Direito**<sup>xlii</sup>, sobre a importância da governança para o desenvolvimento e que examina como a distribuição desigual do poder em uma sociedade interfere na eficácia das políticas; e 2) o **Atlas sobre os Objetivos do Desenvolvimento**

**Sustentável 2017**<sup>xliii</sup>, que reúne ampla gama de dados, tabelas, mapas e ilustrações atualizadas sobre os ODS em diversos países e regiões do mundo.

Enfim, para conhecer e acompanhar com detalhes a evolução de todo o processo, remetemos os leitores interessados ao portal <http://www.un.org/sustainabledevelopment/>, onde diariamente são postados resultados ou anunciados eventos mundiais, regionais ou nacionais relacionados com o processo de implementação da Agenda 2030 e dos ODS.

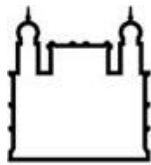
### **FIOCRUZ, Agenda 2030 e ODS: Pensamento crítico e destaques de referências institucionais**

A Agenda 2030 integra as dimensões econômica, social e ambiental e sintetiza em seu lema central, “ninguém deixado para trás”, e na escolha de seus 17 ODS, a ideia-força da equidade e os desafios centrais para o ideal de um desenvolvimento inclusivo e ambientalmente sustentável.

Constitui a política global de desenvolvimento sustentável, proposta pelas Nações Unidas e seus Estados-membros, com repercussões em todas as agências do sistema – incluindo o âmbito OMS-OPS. Trata-se, portanto, para os tempos atuais e projeção de futuro, em referência central para o debate crítico de seus pressupostos, definição de metas, políticas, mecanismos de implementação e mobilização social.

Apesar da abrangência e valores constitutivos da Agenda 2030, o desenvolvimento conceitual e ideológico da discriminação dos ODS e documentos reitores de seu processo de implementação gestaram lacunas e restrições significativas para a realização de seu ideário. Tomar a Agenda 2030 enquanto referência significa, portanto, entendê-la como objeto de disputa de sentidos e formas diferenciadas de sua tradução em práticas. Para tanto, devemos produzir um esforço conceitual e programático para o desenvolvimento de agendas fundadas em nossos referenciais teóricos, visão de sociedade e país e empenho na obtenção de cenário de futuro desejável coerente com essa visão.

O pensamento crítico construído pela academia e movimentos sociais no Brasil, que gestou a inscrição em nossa constituição do direito à saúde e criação do SUS, para o



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

qual a Fiocruz teve e tem um papel destacado, possui como objetos centrais as relações entre ‘saúde e sociedade’ e ‘saúde e desenvolvimento’, orientada por valores de democracia, justiça social e nacionalidade. Para a Fiocruz, esses termos estiveram sempre presentes, em diferentes contextos, desde sua origem orientando sua relação com os projetos de sociedade e de país e seu desenvolvimento estratégico. A **Agenda 2030 e seus ODS**, portanto, entendidos como instrumentos de uma política global das Nações Unidas, devem ser trabalhados e direcionados na instituição em conformidade com a atualização da produção de conhecimentos e práticas político-sociais que emergem dessa matriz.

Mais recentemente, desde meados dos anos 1970, intensificou-se na instituição os estudos sobre conceito ampliado de saúde, saúde e sociedade, políticas sociais e de saúde, reforma setorial, determinação social da saúde, desigualdades e equidade em saúde, entre outros; o programa PESES-PEPPE<sup>10</sup>, dos anos 1970, pode ser apontado como exemplo deste compromisso histórico da Fiocruz com os mencionados temas, repercutindo sobre seus programas e projetos de pesquisa, assim como de educação e informação e comunicação, ademais das ações políticas empreendidas no seio da sociedade brasileira.

Na década de 1980, a Fiocruz foi a instituição que capitaneou a realização da VIII Conferência Nacional de Saúde que, presidida pelo então presidente da Fiocruz, Sergio Arouca, envolveu praticamente toda a instituição na histórica mobilização nacional para a construção coletiva da Conferência que, ao final, produziu um relatório cujas bases conceituais e políticas contribuiu decisivamente para a estrutura e conteúdo do capítulo sobre saúde da Constituição Federal de 1988 e o processo da reforma sanitária subsequente. As bases conceituais foram construídas no processo de pesquisa nos amplos campos de saúde e sociedade, epidemiologia social, determinantes sociais da saúde, políticas de saúde e reforma setorial, que se desenvolvera nos anos 1970 e 1980 na instituição.

Uma parte expressiva dos elementos conceituais e de práticas que serviram de sustentação a elaboração e implementação do Sistema Único de Saúde foi desenvolvida no âmbito do programa de pesquisa da Fundação, particularmente na esteira do PDTIS e

---

<sup>10</sup> Fiocruz PESES-PEPPE <http://arch.ensp.fiocruz.br/index.php/administracao-geral-10>

do PDTSP<sup>11</sup>, além das experiências do trabalho conjunto e da cooperação entre pesquisadores da instituição e gestores nacionais, estaduais e municipais do SUS.

Tais conhecimentos repercutiram de forma expressiva na formação de recursos humanos realizada pela Fiocruz, nos seus programas de pós-graduação *stricto e lato sensu*, que forneceram quadros dirigentes para o SUS em todos os quadrantes nacionais.

Em 2006, na esteira da Comissão Global da OMS sobre Determinantes Sociais da Saúde, por proposta da então presidência da Fiocruz, o Ministério da Saúde criou a **Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde**, cuja presidência foi ocupada pelo presidente da Fiocruz na ocasião, Paulo Buss, além de ter sua secretaria técnica sediada na Instituição. No seu relatório final de 2008<sup>12</sup>, a Comissão propunha uma reorganização estrutural e uma série de políticas amplamente relacionadas com a ação intersetorial, que guarda importante coincidência com muitos preceitos, visões e diretrizes da atual Agenda do Desenvolvimento Sustentável 2030 e ODS.

Em 2010, ocupando o presidente da Fiocruz um lugar no Comitê Executivo da OMS, o Brasil propôs-se a sediar a **Conferência Mundial da OMS sobre Determinantes Sociais da Saúde**, que se realizou em 2011, no Rio de Janeiro, tendo a instituição ocupado a função de Secretaria Técnica da Conferência. Seu produto final essencial, a '*Declaração Política do Rio*<sup>13</sup>' tem sido referida e é até hoje fonte inspiradora para inúmeras iniciativas, como a Conferência de Helsinque sobre Saúde em Todas as Políticas (2013)<sup>14</sup> e outras eventos e resoluções de Assembleias da OMS e OPS<sup>15</sup>. Uma estrutura institucional, o **Centro de Estudos, Políticas e Informação sobre DSS (CEPI DSS)** foi criada com a finalidade de ser o repositório do acervo da Conferência e de dar continuidade ao desenvolvimento deste importante campo de conhecimento na

---

<sup>11</sup> Fiocruz. PDTSP e PDTIS

(<https://congressointerno.fiocruz.br/sites/congressointerno.fiocruz.br/files/documentos/V%20Congresso%20Interno%20-%20Plano%20Quadrienal%202005%20-%202008.pdf>)

<sup>12</sup> CNDSS (2008) [http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/07/relatorio\\_cndss.pdf](http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/07/relatorio_cndss.pdf)

<sup>13</sup> Conferência Mundial sobre DSS (2011) [http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/12/Decl-Rio-versao-final\\_12-12-20112.pdf](http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/12/Decl-Rio-versao-final_12-12-20112.pdf)

<sup>14</sup> Conferência de Helsinque (2013) <http://dssbr.org/site/wp-content/uploads/2013/09/8%C2%AA-Confer%C3%Aancia-Internacional-de-Promo%C3%A7%C3%A3o-da-Sa%C3%BAde.pdf>

<sup>15</sup> OMS e OPS. Resoluções sobre HiAP

[http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/112636/1/9789241506908\\_eng.pdf?ua=1](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/112636/1/9789241506908_eng.pdf?ua=1)



instituição, procurando articular as dezenas de pesquisadores e grupos de pesquisa que, direta ou indiretamente, tratam do tema na Fiocruz.

A Fiocruz possui, entre suas várias câmaras técnicas, a **Câmara Técnica de Saúde e Ambiente**, que reúne representantes dos diversos Institutos e pesquisadores de alto nível, tratando do tema crucial para o desenvolvimento sustentável que é a questão ambiental em suas relações com a saúde. A Câmara também adotou a Agenda 2030 e seus ODS como prioridades para sua atuação no biênio 2017-2018. Ademais, a Fiocruz foi redesignada, em fevereiro de 2014, como **Centro Colaborador da Organização Pan-Americana de Saúde (OPS/OMS) em Saúde Pública e Ambiente**<sup>16</sup> por mais quatro anos. Seu Plano de Trabalho aprovado inclui um expressivo conjunto de temas e compromissos relacionados com o desenvolvimento sustentável, vale dizer, a Agenda 2030 e ODS, Outro **Centro Colaborador da OMS/OPS, para Saúde Global e Cooperação Sul-Sul**, localizado no Cris/Fiocruz, se dedica desde 2011 ao tema da Agenda 2030 e ODS, tendo colaborado ativamente para a seção da saúde do Informe Final da Rio+20; para o posicionamento do Brasil no processo de negociação da Resolução da ONU sobre a Agenda 2030 e ODS; e publicado diversos artigos em revistas nacionais e estrangeiras sobre o tema, além de ter um livro em publicação pela Editora Fiocruz, sobre ‘Diplomacia da Saúde e Saúde Global’, que trata amplamente da Agenda e de ODS, na sua dimensão internacional e latino-americana.

O **Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz** (<http://cee.fiocruz.br/>), cujo lema central é “política, pesquisa e ação em saúde pública”, vem priorizando o debate em torno da Agenda 2030 e dos ODS, tanto no plano nacional, quanto internacional, ademais de tratar com criatividade e profundidade, temas nacionais que se relacionam diretamente com o desenvolvimento sustentável.

Mais recentemente, um importante projeto de prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro, imprescindível para subsidiar o planejamento em saúde no Brasil, se desenvolve sob a liderança da Fiocruz: o projeto **Brasil Saúde Amanhã**<sup>xliv</sup>, reunindo pesquisadores de diferentes disciplinas de diversas instituições. Um dos seus produtos, A

---

<sup>16</sup> Fiocruz (2017). Centro Colaborador da Organização Pan-Americana de Saúde (OPS/OMS) em Saúde Pública e Ambiente <https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/fiocruz-e-redesignada-centro-colaborador-da-opasoms-em-saude-publica-e-ambiente>

*Saúde no Brasil em 2030<sup>xliv</sup>*, trabalha com a metodologia de construção de cenários prospectivos, pressupondo a concepção de um horizonte móvel e contínuo, de 20 anos, a partir de três cenários de futuro (desejável e possível; inercial e provável; pessimista e plausível), prospectados para oito grandes temas no âmbito do campo da Saúde: Desenvolvimento e Saúde; População e Saúde; Condicionantes da Saúde; Organização do Sistema de Saúde; Financiamento Setorial: Complexo Econômico e Industrial da Saúde; Saúde e Ambiente e Prospecção Estratégica em Saúde. A conjuntura econômica serve como pano de fundo para a construção dos cenários.

A partir da construção dos cenários, são estabelecidas as trajetórias que a economia brasileira deve percorrer para alcançar cada um dos cenários, em termos de decisões de política econômica e de fatos estruturais impactantes.

Destaca-se aqui que essa iniciativa concentra-se na elaboração de cenários prospectivos autorais, com forte influência das determinações históricas e/ou conjunturais, para o campo da Saúde, e suas implicações.

A iniciativa tem o compromisso com a ampla divulgação dos cenários futuros prospectados, para que os mesmos sejam apropriados pelos atores políticos e sociais envolvidos na formulação de políticas públicas. Trata-se assim, de iniciativa de caráter mais abrangente, menos focalizada em ações de gestão estratégica institucional.

Esta atividade prospectiva, concebida como a busca para construir um futuro desejado, aproveitando o potencial existente na Fiocruz e em suas Unidades, é fortalecida na atual gestão da Instituição com a criação da Coordenação das Ações de Prospecção da Presidência da Fiocruz. Tendo uma perspectiva de atuação sistêmica e matricial, consoante com a própria visão do desenvolvimento, coloca-se o grande desafio de articular as iniciativas em andamento para sua transformação concreta em novas concepções e ações para vincular a Fiocruz do Futuro no contexto de um projeto nacional de desenvolvimento que seja dinâmico, inovador, sustentável e endogenamente vinculado ao bem-estar.

A marca da ação de prospecção da Fiocruz é sua amplitude e diversidade conceitual, analiticamente ampla em termos disciplinares, envolvendo história, as ciências biomédicas, as ciências sociais e a saúde coletiva, em particular. A prospecção

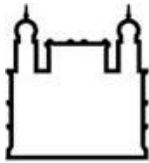
não é entendida como um domínio instrumental fechada em um universo cognitivo particular, mas sim uma atividade, uma práxis, que articula os binômios: história-futuro; global-nacional; desenvolvimento - subdesenvolvimento; pensamento - ação; conhecimento-política e concepção sistêmica-mudança estrutural

Esta perspectiva constitui uma base perseguida pela Fiocruz para, retomando a ousadia estruturalista, pensar o desenvolvimento sustentável para além dos modelos únicos e das visões lineares de progresso. Seguindo Furtado (1964)<sup>xlvi</sup>, o subdesenvolvimento não é apenas um estágio progresso do desenvolvimento. O subdesenvolvimento, quando apenas operam as livres forças de mercado sem regulação, se reproduz numa dialética em que círculos viciosos e virtuosos perpetuam a desigualdade e assimetrias tecnológicas entre países, regiões, territórios e pessoas.

Coerente com estes enunciados, a Agenda 2030, pela sua relevância e perspectiva de futuro, constitui-se em referência privilegiada para os estudos prospectivos da Fiocruz.

A intenção da Presidência da Fiocruz em incorporar, de forma definitiva e sistemática os temas relevantes da Agenda 2030, aparece expressa na plataforma de gestão de Nísia Trindade, como o compromisso de fortalecer a saúde na agenda ambiental e do desenvolvimento sustentável, por meio da ampliação de ações de cooperação técnica com instituições estratégicas nacionais e internacionais, no apoio à inovação por tecnologias sociais, pelo apoio à promoção de territórios saudáveis e sustentáveis e aos espaços coletivos de participação social democrática, instituindo a Sustentabilidade como eixo estratégico e orientador.

Para o pleno sucesso da “Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030”, este considerável acervo técnico-científico e de recursos humanos nas áreas conexas a Agenda 2030 e ODS, ainda que não se referindo necessariamente a estas, deve ser reagrupado na instituição, restaurando de forma plena as capacidades institucionais de pesquisa, formação de recursos humanos, cooperação técnica e ação direta nos temas de ‘saúde e desenvolvimento’ e os demais temas conexas já mencionados.



Ministério da Saúde

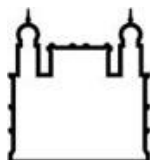
FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

## ANEXOS

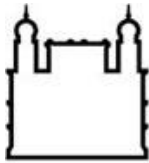
### Quadro 1: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
1. ERRADICAÇÃO DA POBREZA Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
2. FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
3. SAÚDE E BEM ESTAR Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades
4. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos
5. IGUALDADE DE GÊNERO Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
6. ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos
7. ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos
8. TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos
9. INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação
10. REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
11. CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
12. CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
13. AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos
14. VIDA NA ÁGUA Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
15. VIDA TERRESTRE Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
16. PAZ, JUSTIÇAS E INSTITUIÇÕES EFICAZES Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
17. PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



## Quadro 2: Metas e Indicadores do ODS Saúde

METAS	INDICADORES
3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos	3.1.1 Percentual de partos assistidos por pessoal de saúde qualificado
	3.1.2 Taxa de mortalidade materna
3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos	3.2.1 Número de mortes abaixo de 5 anos
	3.2.2 Número de mortes de crianças
	3.2.3 Número de mortes neonatais
	3.2.4 Taxa de mortalidade infantil
	3.2.5 Taxa de mortalidade infantil abaixo de 5 anos
	3.2.6 Taxa de mortalidade neonatal
3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis	3.3.1 incidência de malária por 100.000 habitantes
	3.3.2 Incidência de tuberculose por 100.000 habitantes
	3.3.3 Incidência de tuberculose por 100.000 habitantes (limite inferior)
	3.3.4 Incidência de tuberculose por 100.000 habitantes (limite superior)
	3.3.5 Morte por tuberculose por 100.000 habitantes
	3.3.6 Morte por tuberculose por 100.000 habitantes (limite inferior)
	3.3.7 Morte por tuberculose por 100.000 habitantes (limite superior)
	3.3.8 Número de pessoas que necessitam de intervenções contra doenças tropicais negligenciadas
	3.3.9 Taxa de incidência de HIV estimada
3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar	3.4.1 Número de mortes atribuídas ao diabetes
	3.4.2 Número de mortes atribuídas a doenças cardiovasculares
	3.4.3 Número de mortes atribuídas a doenças respiratórias crônicas
	3.4.4 Número de mortes atribuídas ao câncer
	3.4.5 Número de mortes atribuídas ao suicídio
	3.4.6 Taxa de mortalidade atribuída a doenças cardiovasculares, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas
	3.4.7 Taxa de mortalidade por suicídio
3.5 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool	3.5.1 Consumo de álcool per capita (15 anos ou mais) dentro de um ano civil em litros de álcool puro
3.6 Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas	3.6.1 Taxa de mortalidade devido a acidentes de trânsito
3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais	3.7.1 Percentual de mulheres casadas ou em união estável em idade reprodutiva (15-49 anos) que tem suas necessidades de planejamento familiar satisfeitas com métodos modernos
	3.7.2 Taxa de natalidade adolescente por 1.000 mulheres adolescentes de 15-19 anos
3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos	NÃO POSSUI INDICADORES
3.9 Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo	3.9.1 Taxa de mortalidade atribuída à água contaminada, saneamento inseguro e falta de higiene
	3.9.2 Taxa de mortalidade atribuída a intoxicações acidentais
	3.9.3 Taxa de mortalidade atribuída à poluição do ar doméstico e ambiente

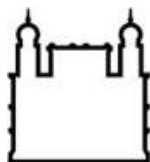


Ministério da Saúde

FIOCRUZ

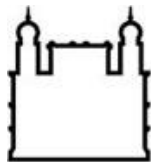
Fundação Oswaldo Cruz

METAS	INDICADORES
<b>3.a</b> Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado	NÃO POSSUI INDICADORES
<b>3.b</b> Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos	3.b.1 Fluxos oficiais totais para pesquisa médica e setores de saúde básica, por beneficiário
<b>3.c</b> Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento	3.c.1 Densidade e distribuição dos profissionais de saúde
<b>3.d</b> Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde	3.d.1 Índice de capacidade do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)



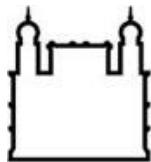
## Referências:

- <sup>i</sup> Engels, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Boitempo Editorial, 2008.
- <sup>ii</sup> Hobsbawm, E. *A era do capital (1848-1875)*. Paz & Terra, 2016.
- <sup>iii</sup> Rosen, G. *Uma história da saúde pública*. Editora UNESP/HUCITEC, 2006.
- <sup>iv</sup> Stiglitz, J. *A globalização e seus malefícios* (2002). Acesso: [http://institutojatobas.org.br/mkt/top50/capitulos/Top50\\_cap37\\_Stiglitz.pdf](http://institutojatobas.org.br/mkt/top50/capitulos/Top50_cap37_Stiglitz.pdf)
- <sup>v</sup> Nações Unidas. *United Nations Development Agenda: development for all*. Number Sales n. E.07.1.17 in United Nations publication. New York: United Nations. Department of Economic and Social Affairs (DESA), 2007. Acesso: [www.un.org/esa/devagenda/UNDA\\_BW5\\_Final.pdf](http://www.un.org/esa/devagenda/UNDA_BW5_Final.pdf)
- <sup>vi</sup> Buss, PM. Globalização, pobreza e saúde. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2007, vol.12, n.6, pp.1575-1589. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000600019>. Acesso: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n6/v12n6a17.pdf>
- <sup>vii</sup> Buss, PM *et al.* Saúde na agenda de desenvolvimento pós-2015 das Nações Unidas. *Cadernos de Saúde Pública*, 30 (12): 2.555-2.570, 2014. Acesso: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v30n12/0102-311X-csp-30-12-02555.pdf>
- <sup>viii</sup> ONU. *Declaração do Milênio e ODM*. Acesso: <http://www.un.org/millenniumgoals/>
- <sup>ix</sup> ONU. Rio + 20. *O Futuro que Queremos*. Acesso: [http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/OFuturoqueQueremos\\_rascunho\\_zero.pdf](http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/OFuturoqueQueremos_rascunho_zero.pdf)
- <sup>x</sup> ONU. *Agenda de Ação de Addis Abeba* (2015). Acesso: [www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/CONF.227/L.1](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.227/L.1)
- <sup>xi</sup> Nações Unidas. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030>
- <sup>xii</sup> Ver: <http://www.un.org/sustainabledevelopment/>
- <sup>xiii</sup> United Nations Framework Convention on Climate Change ((FCCC). *The Paris Agreement*. Acesso: [http://unfccc.int/paris\\_agreement/items/9485.php](http://unfccc.int/paris_agreement/items/9485.php)
- <sup>xiv</sup> UNGA 2016. *Estratégia Global para a Saúde das Mulheres, das Crianças e dos Adolescentes (2016-2030)*. Acesso: [http://www.everywomaneverychild.org/wp-content/uploads/2017/01/EWEC\\_2016\\_PT\\_web.pdf](http://www.everywomaneverychild.org/wp-content/uploads/2017/01/EWEC_2016_PT_web.pdf)
- <sup>xv</sup> Habitat III (2016). *The Quito Implementation Plan and The New Urban Agenda*. Acesso: <https://habitat3.org/>
- <sup>xvi</sup> UNDP/UNOSSC (2016). *Good practices in South-South and Triangular Cooperation for Sustainable Development*. Acesso: <http://ssc.undp.org/content/dam/ssc/documents/e-library%20docs/Good%20Practices%20in%20South-South%20and%20Triangular%20Cooperation%20for%20Sustainable%20Development%20-%2020%20Oct.pdf>
- <sup>xvii</sup> Sustainable Development Goals Indicators website. Acesso: <https://unstats.un.org/sdgs/>
- <sup>xviii</sup> Revised list of global Sustainable Development Goals Indicators, March 2017. Acesso: <https://unstats.un.org/sdgs/indicators/indicators-list/>
- <sup>xix</sup> UN High-Level Political Forum 2017 Meeting. Acesso: <https://sustainabledevelopment.un.org/hlpf>
- <sup>xx</sup> United Nations 10-Member Group to support the Technology Facilitation Mechanism: *Terms of Reference*. Acesso: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/9468TOR%2010-member%20group-final-clean.pdf>



- xxi OMS. 69 Asamblea Mundial de la Salud. *Resolución WHA 69/15. La salud en la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible: Informe de la Secretaría*. Acesso: [http://apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/WHA69/A69\\_15-sp.pdf](http://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA69/A69_15-sp.pdf)
- xxii CEPAL (2016). *Fórum da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável*. Acesso: <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/40156>
- xxiii CEPAL (2016). *Horizontes 2030: La igualdad en el centro del desarrollo sostenible*. Acesso: <http://www.cepal.org/es/publicaciones/40159-horizontes-2030-la-igualdad-centro-desarrollo-sostenible>
- xxiv CEPAL (2017). *Informe anual sobre el progreso y los desafíos regionales de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe*. Acesso: <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/41173>
- xxv OPS (2017). *Actualización sobre la elaboración de la Agenda de Salud Sostenible para las Américas 2018-2030 (SPBA11/2)*. Acesso: [http://www2.paho.org/hq/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12902%3A11-spba&catid=1255%3Aspba-homepage&Itemid=42266&lang=esSPBA11-2-s.pdf](http://www2.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=12902%3A11-spba&catid=1255%3Aspba-homepage&Itemid=42266&lang=esSPBA11-2-s.pdf)
- xxvi OPS (2007). *Agenda de Saúde para as Américas 2008-2017*. Acesso: <https://www.google.com.br/search?q=OPS+Agenda+saude+das+Am%C3%A9rcias+2008-2017&oq=OPS+Agenda+saude+das+Am%C3%A9rcias+2008-2017&aqs=chrome.69i57.29402j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8>
- xxvii OPS (2014). *Plano Estratégico 2014-2019*. Acesso: <http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/4772/CE154-R15-p.pdf?sequence=3&isAllowed=y>
- xxviii Ver: [http://www.who.int/healthpromotion/conferences/8gchp/statement\\_2013/en/](http://www.who.int/healthpromotion/conferences/8gchp/statement_2013/en/)
- xxix OPS. Plan of Action on Health in All Policies. Ver: [http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCAQFjAAahUKewjD6afQucfIAhXDGZAKHbbgAiE&url=http%3A%2F%2Fwww.paho.org%2Fhq%2Findex.php%3Foption%3Dcom\\_docman%26task%3Ddoc\\_download%26gid%3D26797%26Itemid%3D270%26lang%3Dfr&usq=AFQjCNFGUoS6miQ3WJs80VjptQBfUmXX5A](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCAQFjAAahUKewjD6afQucfIAhXDGZAKHbbgAiE&url=http%3A%2F%2Fwww.paho.org%2Fhq%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D26797%26Itemid%3D270%26lang%3Dfr&usq=AFQjCNFGUoS6miQ3WJs80VjptQBfUmXX5A)
- xxx OPS. Comissão da OPS sobre Equidade e Desigualdades em Saúde nas Américas. Ver: [http://www.paho.org/hq/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12006%3Apaho-launches-high-level-commission-on-inequality-and-health-in-the-americas&Itemid=135&lang=es](http://www.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=12006%3Apaho-launches-high-level-commission-on-inequality-and-health-in-the-americas&Itemid=135&lang=es)
- xxxi Brasil (2017). *Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*. Acesso: [https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15801Brazil\\_Portuguese.pdf](https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15801Brazil_Portuguese.pdf)
- xxxii Santos W.G. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. p. 89. Vol. 1 Contribuições em Ciências Sociais. Campus; 1979.
- xxxiii Santos B de S. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. *Reinventar Emancip. Soc. Para Novos Manif.*, vol. 1. Civilização Brasileira; 2009.
- xxxiv PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro (2017). *Desenvolvimento humano para além das médias: A desigualdade comparada entre mulheres e homens, negros e brancos e populações rurais e urbanas no Brasil*. Acesso: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=30025&Itemid=419](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30025&Itemid=419)
- xxxv CEPAL (2016). *Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2016: La Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible y los desafíos del financiamiento para el desarrollo*. Santiago de Chile, 236 pp.
- xxxvi Brasil (2016). *Plano Plurianual 2016-2019*. Acesso: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-2016-2019/lei-no-13.249/view>
- xxxvii Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030 (2017). *Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável – Síntese*. Acesso: <https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2017/07/relatorio-luz-gtsc-brasil-hlpf2017.pdf>





Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

- 
- <sup>xxxviii</sup> The Lancet – University of Oslo Commission. *Global Governance for Health - The political origins of health inequity: prospects for change*. Lancet, 2014. Acesso: <http://www.thelancet.com/commissions/global-governance-for-health>
- <sup>xxxix</sup> The University College London – The Lancet Commission. *Shaping Cities for Health: Complexity and the Planning of Urban Environments in the 21<sup>st</sup> Century*. Lancet, 2012. Acesso: <http://www.thelancet.com/commissions/healthy-cities>
- <sup>xi</sup> The Rockefeller Foundation – The Lancet Commission. *Planetary Health Report: Safeguarding human health in the Anthropocene epoch*. Lancet, 2016. Acesso: <http://www.thelancet.com/commissions/planetary-health>
- <sup>xli</sup> The Lancet Commission. *Health and climate change: policy responses to protect public health*. Lancet, 2015. Acesso: [http://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736\(15\)60854-6.pdf](http://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(15)60854-6.pdf)
- <sup>xlii</sup> World Bank (2017) *The 2017 World Development Report: Governance and the Law*. Acesso: <http://www.worldbank.org/en/publication/wdr2017>
- <sup>xliii</sup> World Bank (2017). *Atlas of Sustainable Development Goals 2017: World Development Indicators*. Washington DC: World Bank. Acesso: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/26306>
- <sup>xliv</sup> Fundação Oswaldo Cruz. *Brasil Saúde Amanhã*. Acesso: <http://saudeamanha.fiocruz.br/>
- <sup>xlv</sup> Fundação Oswaldo Cruz (2012). *A saúde no Brasil em 2030: diretrizes para a prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro*. / Fundação Oswaldo Cruz... [et al.]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 323 p. ISBN: 978-85-8110-001-2. Acesso: <https://saudeamanha.fiocruz.br/a-saude-no-brasil-em-2030/#.WTN4iOvyvIU>
- <sup>xlvi</sup> Furtado, C. *Development and Underdevelopment. A Structuralist View of the Problems of Developed & Underdeveloped Countries*, Berkeley, University of California Press, 1964.